

87

## AValiação DO TRAbalHO DA ADUNICAMP GESTÃO 85/87

Renova-se agora em setembro, a Diretoria e Conselho de Representantes da ADUNICAMP. Nestes dois anos, a entidade pode desenvolver um trabalho intenso junto aos docentes, em várias frentes, desde atendimento a convênios até ações mais amplas como a recente greve do funcionalismo, passando pelo Simpósio do CONSU e a eleição de Reitor, em 86.

Este momento de renovação da Diretoria é extremamente propício para uma análise e avaliação que permitam identificar os pontos fundamentais no sentido de fazer da ADUNICAMP uma entidade forte, combativa e comprometida com os interesses dos docentes e da Universidade no país.

A atual Diretoria assumiu a entidade em setembro de 85, após uma eleição disputada por duas chapas, onde alcançou 55% dos votos. Já em outubro enfrentava sua primeira luta salarial e preparava-se para os debates sobre a sucessão do Reitor, ponto fundamental na disputa pela entidade. Nesse mês, acontecia o primeiro Ato Público da campanha salarial, realizado em Campinas no Largo do Rosário e ao mesmo tempo em várias cidades do Estado. Essa campanha prolongou-se até Dezembro, quando docentes da 3 Universidades Paulistas concentraram-se em frente ao Palácio dos Bandeirantes forçando uma negociação com o Governador Montoro. Naquele momento, o tratamento dado pelo Governo do Estado às reivindicações salariais era a negociação em separado com cada categoria. A ADUNICAMP, entendendo essa especificidade da situação ao mesmo tempo que mantinha contato com a Plenária das Entidades do Funcionalismo, organizava a sua Comissão Salarial para estudo da situação específica dos Professores Universitários, apresentando nossas reivindicações para o Governo do Estado, em conjunto com as outras Universidades Paulistas.

Em Novembro desse ano iniciará também as discussões sobre a sucessão do Reitor, com a realização de dois debates com os Reitoráveis com significativa participação dos três setores mas que ainda mostravam um certo esfriamento da discussão política, que viria a se tornar mais forte no início de 86.

Já em 86, o Conselho de Representantes aprovou os encaminhamentos para a eleição de Reitor, que previa: 1) a elaboração de uma Cartilha de orientação contendo as opções para ponderação, proporcionalidade e outras regras eleitorais; 2) Elaboração de um Jornal com a plataforma dos candidatos; 3) Debate com os Reitores da UNB e UFRJ e 4) Realização de uma Enquete entre os docentes para a definição das regras da consulta. A Diretoria que já durante o processo de sua eleição, se definiria pelo não apoio a um ou outro candidato, levou o processo com o máximo de objetividade que a situação, já naquele momento bastante polarizada, permitia.

Em Março, já na nova Sede, os trabalhos do Comitê unitário Prô-Consulta - ADUNICAMP, ASSUC, APEG e DCE - desenvolviam-se de maneira a garantir a ampla participação dos docentes no processo de discussão, análise e avaliação das condições da Universidade e dos pontos programáticos necessários a qualquer plataforma de candidato a Reitor. Definidas as regras do processo de consulta - eleição em dois turnos, em até 3 nomes ordenados no 1º turno, peso de 3/5, 1/5.1/5 para docentes, funcionários e alunos, respectivamente e 2º turno com os dois candidatos mais votados, tratava-se agora de garantir a objetividade e a lisura da própria eleição e fazer valer a vontade da comunidade frente ao Conselho Diretor, a quem caberia elaborar a lista sêxtupla a ser encaminhada ao Governador. Tendo ocorrido uma ruptura na condição única do processo eleitoral chegaram ao Conselho Diretor duas listas permitindo ao Conselho a elaboração de uma terceira.

O processo da eleição, trouxe à tona vários pontos de debate, polêmicos em sua grande maioria, como a questão da paridade dos votos, eleição direta ou consulta, representatividade do Conselho Diretor e outros, que longe de esgotarem-se no processo, mantêm viva a necessidade de um maior aprofundamento na luta pela democratização da Universidade e de uma

Renova-se agora em setembro a Diretoria e Conselho de Representantes da ADUNICAMP. Nessa nova etapa, a entidade pode desenvolver um trabalho mais amplo junto aos docentes, em várias frentes, de modo a contribuir para a melhoria das condições de trabalho e a elevação do nível de ensino.

Este momento de renovação da Diretoria e Conselho é extremamente propício para uma análise e avaliação das atividades desenvolvidas no período anterior e para a definição de novas metas e estratégias de trabalho para o futuro.

A atual Diretoria assumiu a entidade em setembro de 37, após uma eleição realizada por duas chapas, cada uma com dois membros. Já em outubro, a entidade realizou sua primeira reunião geral para discutir o trabalho a ser desenvolvido no futuro. Nesse momento, foram discutidos os aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros da entidade, bem como as condições de trabalho dos docentes e a situação da entidade em relação ao trabalho de ensino e pesquisa. Essas discussões foram realizadas em um clima de colaboração e respeito mútuo, com a participação de todos os membros da entidade.

Em novembro, foram realizadas reuniões com os docentes para discutir as condições de trabalho e a situação da entidade. Essas reuniões foram realizadas em um clima de colaboração e respeito mútuo, com a participação de todos os membros da entidade.

Em dezembro, foram realizadas reuniões com os docentes para discutir as condições de trabalho e a situação da entidade. Essas reuniões foram realizadas em um clima de colaboração e respeito mútuo, com a participação de todos os membros da entidade.

Em janeiro, foram realizadas reuniões com os docentes para discutir as condições de trabalho e a situação da entidade. Essas reuniões foram realizadas em um clima de colaboração e respeito mútuo, com a participação de todos os membros da entidade.

Em fevereiro, foram realizadas reuniões com os docentes para discutir as condições de trabalho e a situação da entidade. Essas reuniões foram realizadas em um clima de colaboração e respeito mútuo, com a participação de todos os membros da entidade.

maior participação dos 3 corpos na definição de seus rumos. A questão do relacionamento Universidade/sociedade/Governo do Estado foi posta novamente na ordem do dia. A coordenação política desses debates e a forma aberta e ampla com que a ADUNICAMP trabalhou durante todo o processo constituíram-se o aval para o debate democrático e transparente que caracterizou a consulta à comunidade. As questões pendentes seguramente serão retomadas num patamar diferente, dada a experiência vivida pela comunidade a partir das eleições do Reitor.

Em Junho, outro debate era objeto da atenção dos docentes da UNICAMP: a composição e atribuições do Conselho Universitário. Estas questões decididas em Simpósio anterior (1983), deveriam ser retomadas; era necessária definir-se as funções e composição do órgão máximo de decisão da Universidade dando-se continuidade ao processo de Institucionalização. Assim, a ADUNICAMP organizou um Simpósio, com o objetivo de retomar as discussões anteriores e redefinir os dois pontos fundamentais. Além da realização do Simpósio, incentivou-se a discussão nos Departamentos e Congregações das diferentes unidades para se obter subsídios para a posição definitiva da entidade com relação ao CONSU. Uma Comissão organizada para esse fim elaborou extenso documento contendo as diferentes propostas que foram discutidas e aprovadas tanto pelo Conselho de Representantes como pela Assembléia Geral. O documento final foi entregue aos docentes no fim de Julho. Posteriormente os membros do Conselho Diretor que iriam deliberar sobre essas questões, bem como os Departamentos e Congregações das diferentes unidades, receberam cópias do documento para que se posicionassem a respeito.

Em Junho tiveram início os estudos para o estabelecimento da carreira dos docentes dos Colégios Técnicos, por uma Comissão composta de docentes dos CTs da F.E. e membros da Diretoria da ADUNICAMP. Foram realizadas amplas discussões até Março/87, quando a proposta foi aprovada pela Reitoria, posteriormente pelo CONSU. Em Junho também, foi realizado um Simpósio da Faculdade de Engenharia de Limeira sobre questões que afetavam a docência e a pesquisa naquela unidade.

As 3 ADs das Universidades Estaduais mantinham reuniões periódicas tendo em vista a campanha salarial chega a elaborar um documento conjunto: "A situação dos Professores Universitários de Estado de São Paulo", encaminhando em conjunto as reivindicações específicas dos docentes das Universidades ao Governo do Estado. Naquele momento já se começava a sentir os efeitos negativos do Plano Cruzado I o que colocava as entidades alertas para o desencadeamento de uma campanha salarial com o objetivo de recuperar as perdas salariais que atingiram com maior intensidade o funcionalismo público.

Durante todo o 2º semestre aprofundaram-se os estudos a respeito da situação salarial dos docentes universitários. Com o Plano Cruzado II uma nova situação foi colocada para o funcionalismo, já que começava a ser disparados os gatilhos salariais, <sup>pois</sup> a inflação atingia os níveis previstos pela legislação. A ADUNICAMP manteve durante todo o tempo contatos estreitos com as outras <sup>entidades</sup> ADs das <sup>Universidades</sup> <sup>Paulistas</sup> levando inclusive a discussão sobre a Carreira Docente que havia sido iniciada <sup>pelos</sup> Reitorias das Universidades. Aceitando ponderações e reclamações da ADUNICAMP, a Reitoria <sup>deu</sup> um passo importantíssimo eliminando as diferenças entre as remunerações dos professores das <sup>Universidades</sup> Paulistas reafirmando a <sup>validade</sup> do sistema de promoção por mérito <sup>de</sup> <sup>por</sup> <sup>concurso</sup>.

Em Janeiro deste ano, consolida-se a participação da nossa entidade na Plenária das Entidades do Funcionalismo, discutindo no seu interior a proposta de luta pela manutenção do gatilho que orientaria, posteriormente, todo o movimento do funcionalismo estadual. A iniciativa da ADUNICAMP de colocar como bandeira unitária para o funcionalismo estadual a luta pelo gatilho garantiu a unificação dos diferentes setores em torno de pontos comuns. Essa unificação garantiu também posteriormente, a vitória do movimento nas suas várias etapas e em diferentes níveis: econômico, político e organizativo.

maior participação dos corpos acadêmicos de seus membros. A proposta de reorganização da Universidade de São Paulo foi aprovada em 1964, com a criação do Conselho Universitário. Este órgão, além de ser o órgão máximo de direção da instituição, também é responsável por garantir a autonomia universitária e a liberdade de cátedra. A proposta de reorganização foi aprovada em 1964, com a criação do Conselho Universitário. Este órgão, além de ser o órgão máximo de direção da instituição, também é responsável por garantir a autonomia universitária e a liberdade de cátedra.

Em junho, o Conselho Universitário aprovou a proposta de reorganização da USP, criando o Conselho Universitário e o Conselho de Administração. O Conselho Universitário é o órgão máximo de direção da instituição, responsável por garantir a autonomia universitária e a liberdade de cátedra. O Conselho de Administração é responsável por administrar os recursos da instituição e garantir a sua sustentabilidade financeira. A proposta de reorganização foi aprovada em 1964, com a criação do Conselho Universitário e do Conselho de Administração. Este órgão, além de ser o órgão máximo de direção da instituição, também é responsável por garantir a autonomia universitária e a liberdade de cátedra.

Em junho, o Conselho Universitário aprovou a proposta de reorganização da USP, criando o Conselho Universitário e o Conselho de Administração. O Conselho Universitário é o órgão máximo de direção da instituição, responsável por garantir a autonomia universitária e a liberdade de cátedra. O Conselho de Administração é responsável por administrar os recursos da instituição e garantir a sua sustentabilidade financeira. A proposta de reorganização foi aprovada em 1964, com a criação do Conselho Universitário e do Conselho de Administração. Este órgão, além de ser o órgão máximo de direção da instituição, também é responsável por garantir a autonomia universitária e a liberdade de cátedra.

As 3 ADs das Universidades Federais mantiveram relações próximas com o governo federal, especialmente durante a ditadura militar. A AD da Universidade Federal de São Paulo (UFSP) manteve uma relação próxima com o governo federal, especialmente durante a ditadura militar. A AD da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) também manteve uma relação próxima com o governo federal, especialmente durante a ditadura militar. A AD da Universidade Federal de Rio de Janeiro (UFRJ) manteve uma relação próxima com o governo federal, especialmente durante a ditadura militar.

Apesar de terem sido criadas durante a ditadura militar, as ADs das Universidades Federais mantiveram relações próximas com o governo federal. A AD da Universidade Federal de São Paulo (UFSP) manteve uma relação próxima com o governo federal, especialmente durante a ditadura militar. A AD da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) também manteve uma relação próxima com o governo federal, especialmente durante a ditadura militar. A AD da Universidade Federal de Rio de Janeiro (UFRJ) manteve uma relação próxima com o governo federal, especialmente durante a ditadura militar.

Em junho, o Conselho Universitário aprovou a proposta de reorganização da USP, criando o Conselho Universitário e o Conselho de Administração. O Conselho Universitário é o órgão máximo de direção da instituição, responsável por garantir a autonomia universitária e a liberdade de cátedra. O Conselho de Administração é responsável por administrar os recursos da instituição e garantir a sua sustentabilidade financeira. A proposta de reorganização foi aprovada em 1964, com a criação do Conselho Universitário e do Conselho de Administração. Este órgão, além de ser o órgão máximo de direção da instituição, também é responsável por garantir a autonomia universitária e a liberdade de cátedra.

A partir de Abril, a ADUNICAMP enfrenta com maior firmeza a luta salarial, em defesa da manutenção do gatilho. A greve decretada a partir de 07 de Maio mostra uma nova realidade: a união de todos os setores do funcionalismo estadual na pressão sobre a Assembléia Legislativa e contra o Governo Quêrcia que se mostra intransigente com relação ao cumprimento da Lei 467 que estabelecia gatilho para os servidores estaduais. O fortalecimento das entidades garante a continuidade da luta e importantes vitórias entre as quais a derrota na A. L. e a liminar do STF que garantiu o direito aos 4 gatilhos. A ADUNICAMP conseguiu, frente ao movimento estadual, mostrar a justeza de suas posições e levar à frente uma mobilização e organização internas em torno do Comando de Greve que se articulou corretamente em várias comissões congregando um grande número de docentes. No comando de Greve formado ocorreu a expressão material simultânea das três bandeiras sob as quais a nossa Diretoria foi eleita: autonomia; pluralidade; combatividade. A entidade apareceu forte e organizada em todos os momentos desde as amplas manifestações em frente à Assembléia até a participação no Comando Estadual e nas Comissões de Negociação Salarial, culminando no Congresso do Funcionalismo.

Outras questões movimentaram a vida da entidade durante estes dois anos. Participou ativamente dos dois Congressos da ANDES, com delegados eleitos em Assembléia. Na última eleição para a Diretoria da ANDES, um dos docentes que participa da Diretoria ampliada concorreu em uma das Chapas, realizando, ainda que incipiente, o debate sobre a entidade nacional para o interior da UNICAMP. Participou, organizando o debate, das eleições para a Representação Docente no Conselho Diretor e posteriormente para o CONSU. Organizou o debate e a consulta para alteração dos Estatutos da entidade; Continua a discutir a Carreira Docente e no momento está empenhada na discussão sobre Conselho Departamental e Interdepartamental, subsidiando, assim, as discussões que deverão acontecer nas diferentes unidades para posterior aprovação no CONSU; Idealizou e participou com toda a energia do Programa Computacional de Aprimoramento do Corpo Docente, cuja 1ª. fase está sendo concluída com a entrega de microcomputadores a 97 docentes; Firmou convênio com várias firmas, supermercados e médicos visando atender a demanda específica dos docentes por esses serviços; Participou ativamente do Comitê que organizou o Ato Público unitário contra o Pacote Bresser e contra a política econômica do Governo, quando da comemoração dos 100 anos do IAC; participou da campanha em Brasília para a entrega das emendas populares aos constituintes.

Nesta gestão o Conselho de Representantes teve 40 reuniões, 90% em quorum e avançamos muito no sentido de dar ao C. R. o papel de instância norteadora dos rumos políticos da entidade.

*Para finalizar cumpra ressaltar que este ano ADUNICAMP conseguiu unir todos os setores no sentido de congregarem todas as forças da Universidade, seja nas diferentes comissões de trabalho formadas, seja no C.R. e no Comando de Greve. O número de associados foi ampliado em aproximadamente 30%.*

A partir de Abril, a ABUNICAMP enfrenta com maior firmeza a luta de  
 luta, em defesa da manutenção do partido. A greve decretada a partir do  
 07 de Maio, trouxe uma nova realidade a união de todos os setores do  
 movimento estudantil no processo de preparação para a Assembleia Legislativa e  
 Governo. O Conselho de Diretores da ABUNICAMP, em conjunto com o Conselho  
 de Diretores do partido para os trabalhos preparatórios, o Conselho  
 de Diretores para a continuidade da luta e importantes vitórias  
 entre as quais a greve no A. L. e a limitação do STT que garante a greve  
 com 4 paradas. A ABUNICAMP conseguiu, frente ao movimento estudantil,  
 mostrar a liderança de suas posições e levar à frente uma mobilização e or-  
 ganização interna em torno do Comando de Greve que se articulou com  
 outras em várias comissões compreendendo um grande número de docentes. No  
 âmbito de greve ocorreu a expressão material da unidade das lutas  
 parciais sob as quais a nossa Diretoria foi eleta: econômica, política  
 de conciliação. A unidade representada em todos os no-  
 ments desde as amplas manifestações em frente. A união que a parti-  
 cipação no Comando Nacional e nas Comissões de Negociação Estadual, Cuiabá,  
 sendo no Congresso de Funcionários.

Outras questões movimentaram a vida da entidade durante estes dois  
 anos. Particularmente os dois Congressos da ANDES, com delegados  
 eleitos em Assembleia. Na última eleição para a Diretoria da ANDES, um  
 dos docentes que participou da diretoria acabou concorrendo em uma das  
 parciais, ainda que inicialmente, o debate sobre a entidade nacional  
 para o interior da UNICAMP. Particularmente, organizando o debate, mas não  
 com a representação docente no Conselho Diretor e posteriormente pa-  
 ra o CONSU. Organizou o debate e a consulta para a eleição dos Estatutos  
 da entidade. Concluiu a discussão a respeito de greve e no momento está em  
 andamento a discussão sobre Conselho Departamental e Interdepartamental.  
 Substituindo, assim, as discussões que deverão acontecer nas próximas  
 eleições para o Conselho de Greve. Ideias e participação por to-  
 da a área do programa Comunitário de Aprimoramento do Corpo Docente,  
 cuja 1ª fase está sendo concluída com a entrega de microcomputadores a  
 37 docentes. Também convênio com várias firmas, supermercados e médicos,  
 visando atender a demanda específica dos docentes por esses serviços. Par-  
 ticularmente do Comitê de Organização e Ação Política, através do qual  
 o Fatoro Brasil e outros políticos econômicos do Governo, dando 50  
 milhões dos 100 anos de LACI, para um projeto de desenvolvimento.  
 Nesta gestão o Conselho de Representantes teve 40 reuniões, 90% em  
 reuniões e avançamos muito no sentido de dar ao C. R. o papel de instância  
 decisora nos ramos políticos da entidade.

*(Handwritten notes, partially illegible)*  
 Com o fim da greve...  
 a entidade...  
 o Conselho...  
 a união...  
 a luta...